



Concurso Público para provimento de cargos de
Analista de Procuradoria
Área de Apoio Jurídico

Nome do Candidato _____

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição _____

MODELO

Nº do Caderno _____

MODELO1

Nº do Documento _____

0000000000000000

00001-0001-0001

ASSINATURA DO CANDIDATO _____

PROVA OBJETIVA

Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
- Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida nenhuma espécie de consulta.
- A duração da prova é de 4 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala para devolver este caderno e sua Folha de Respostas.
- O candidato poderá levar o Caderno de Questões somente após transcorridas 3 horas e 30 minutos do início das provas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



CONHECIMENTOS GERAIS

Português

Atenção: As questões de números 1 a 5 referem-se ao texto abaixo.

1 *O crescimento é um fenômeno natural. Porém, enquanto a maioria das sociedades dedicou certo culto ao crescimento, o Ocidente moderno o transformou em sua religião.*

5 *O decrescimento – termo que vem sendo usado nos debates ecológico, econômico e social – propõe o abandono do crescimento ilimitado, da economia cujo motor é a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade.*

10 *Para que seja sustentável e durável, toda sociedade deve estabelecer limites. A nossa, ao contrário, se vangloria em deixar de lado qualquer restrição, optando pela desmesura. O emprego, o pagamento dos aposentados, a renovação dos gastos públicos supõem o aumento constante do Produto Interno Bruto (PIB). No fim, o círculo virtuoso se transforma num círculo infernal. A vida das pessoas geralmente se reduz à de um biodigestor que metaboliza o salário com as mercadorias e as mercadorias com o salário, transitando do trabalho para o hipermercado e vice-versa.*

15 *A proposta do decrescimento não é a de um crescimento negativo, que mergulha a sociedade na incerteza, aumenta as taxas de desemprego e promove o abandono dos programas sociais. Para sermos rigorosos, conviria mais falar de “a-crescimento”, como se fala de a-teísmo. A meta é uma sociedade em que se viverá melhor trabalhando e consumindo menos. Esse novo modelo se resumiria em 8 Rs: reavaliar, reconceitualizar, reestruturar, realocar, redistribuir e os já tradicionais reduzir, reutilizar e reciclar.*

20 *A redefinição da felicidade como “abundância frugal em uma sociedade solidária” pressupõe sair do círculo infernal da criação ilimitada de necessidades e de produtos e da frustração crescente que esta acarreta. A limitação é a condição para que se alcance a prosperidade sem crescimento, evitando, assim, a queda da civilização.*

(Adaptado de: Serge Latouche. A economia precisa parar de crescer. **Galileu**. São Paulo: Editora Globo, junho de 2013, p. 82)

1. É correto afirmar, com relação à palavra
- (A) *crescimento* (linha 1): sua primeira caracterização a situa fora dos domínios da economia; apenas a partir do terceiro parágrafo, é possível intuir o sentido em que será explorada.
- (B) *decrescimento* (linha 5): talvez por causa de sua existência ainda instável em certas áreas do saber, é empregada sem qualquer tipo de detalhamento.
- (C) *decrescimento* (linha 5): denota fenômeno que impede o lucro e crescimento e que tem como meta o desenvolvimento ecológico, econômico e social do Ocidente moderno.
- (D) *crescimento*: sua caracterização segue uma espécie de escala: o autor a toma como fato comum para, depois, discuti-la em relação à importância que assume em determinados contextos.
- (E) *crescimento* (linha 7): suas consequências nocivas devem-se ao fenômeno econômico da concentração de renda, que, por sua vez, está fundamentado na busca desenfreada de bens.

2. A correta leitura do texto indica que:
- (A) A grafia de “a-crescimento” e a-teísmo é elemento fundamental para pôr em evidência a nuance de sentido discutida no fragmento.
- (B) O processo oposto ao de *crescimento ilimitado*, apesar de carregar consigo indesejáveis custos sociais, beneficia o meio ambiente.
- (C) Os 8 Rs mencionados enfatizam a ideia de repetição, mais do que a de mudança em relação aos eventos descritos pelos verbos.
- (D) Uma sociedade melhor surge quando se mantém o ritmo acelerado de trabalho e se diminui o ritmo de consumo.
- (E) Os 8 Rs considerados situam-se em esferas distintas: os novos, na esfera econômica, os tradicionais, na esfera ambiental.

3. Considerando o PIB como a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos numa determinada região, durante um período, pode-se considerar que o terceiro parágrafo
- (A) justifica, por meio da apresentação de coerções sociais, a necessidade de se manter a economia em crescimento contínuo e desmesurado.
- (B) mostra como um aparente bom arranjo entre o aumento do PIB e seus potenciais benefícios pode converter-se em redução da experiência de vida humana.
- (C) prega a necessidade de limites, mesura, o que quer dizer interrupção dos investimentos desmedidos em programas assistenciais.
- (D) define PIB, antes da apresentação da sigla, de forma sintética, embora ofereça as essenciais características dos conceitos envolvidos.
- (E) considera a manutenção da estrutura administrativa governamental e os seus custos como elementos que legitimam o constante esforço para o aumento do PIB.

4. Assinale a alternativa que contém afirmação *inferida* do último parágrafo do texto, considerado em seu contexto.
- (A) Está em voga uma definição de felicidade oposta à que se propõe.
- (B) O Ocidente moderno encontra-se no círculo infernal descrito.
- (C) São falsas todas as necessidades recentemente criadas pela civilização humana.
- (D) A falta de acesso aos novos produtos gera frustração superior à causada pelo seu consumo desenfreado.
- (E) A edificação de uma sociedade solidária só se dá a partir da alteração dos padrões de consumo de alimentos.

5. Considerado o contexto, afirma-se com correção:
- (A) As formas *conviria* (linha 26) e *resumiria* (linha 29) destacam propostas do autor em meio a afirmações mais categóricas.
- (B) A forma *optando* (linha 13) corresponde a “que opta”.
- (C) A construção *vem sendo usado nos debates* (linhas 5 e 6) é equivalente a “está sendo usado nos debates”.
- (D) O emprego das formas *dedicou* (linha 2) e *transformou* (linha 3) garante a interpretação de que o culto ao crescimento restringiu-se a momento específico no passado.
- (E) Segundo a gramática normativa da língua, é inapropriado flexionar *reavaliar* em uma construção como “É necessário reavaliarmos nossas práticas”.



Atenção: As questões de números 6 a 15 referem-se ao texto abaixo.

1 *Este texto trata da democracia no sentido hoje geralmente aceito do termo: um sistema no qual o acesso legítimo a posições de autoridade pública se dá mediante eleições periódicas, limpas e livres, e os*
5 *governos governam e se mantêm responsabilizáveis – accountable, para lembrar a rica expressão em inglês – graças a restrições constitucionais.*

Essa definição faz referência à democracia tal como a conhecemos na realidade histórica, não a
10 *doutrinas concernentes a sociedades ideais (utopias); tampouco a regimes populistas ou "movimentistas" que se apresentem como democráticos – fato comum na América Latina; e muito menos às chamadas "democracias populares", termo pelo qual se autodesignavam os*
15 *regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu.*

Intelectualmente, a democracia procede de duas vertentes principais. Uma, originária do filósofo francês Montesquieu (1689-1755), é a ideia de democracia como
20 *um arcabouço ou sistema institucional para a competição política pacífica. Refiro-me aqui à democracia representativa, às vezes também denominada, com certa redundância, democracia de instituições. Nessa perspectiva, a ênfase recai sobre os checks and*
25 *balances, freios e contrapesos, para usar outra expressão norte-americana. Arquetizados para moderar conflitos entre partidos, entre os três ramos do governo ou entre os estados que compõem a federação, tais freios devem ser também entendidos como parte de uma*
30 *concepção mais ampla das relações entre Estado e sociedade: o ideal da auto(de)limitação da política como um sistema que não se deixa absorver nem absorve os outros sistemas (econômico, cultural etc.).*

A segunda vertente provém de outro filósofo, o
35 *genebrino Jean-Jaques Rousseau (1712-78): é o ideal da democracia direta, do contrato igualitário de todos com todos, numa espécie de assembleia permanente. O rousseuismo, como diversos intérpretes têm assinalado, é um plebiscitarismo [...]. Como modelo de*
40 *organização política, trata-se de um ideal não apenas utópico, mas com forte viés autoritário. [...] Não obstante, a evolução histórica da democracia representativa nos últimos dois séculos assimilou dois valores de procedência rousseuista: o dos grandes eleitorados*
45 *nacionais, fruto de sucessivas ampliações do sufrágio, e o da accountability, vale dizer, os deveres do representante em relação ao representado [...].*

(Bolívar Lamounier. "Democracia: origens e presença no pensamento brasileiro". In: **Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança**. André Botelho, Lília Moritz Schwarcz (orgs.). São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 144-145)

6. O autor do fragmento transcrito ao lado,

- (A) ao definir o sentido que deve ser atribuído à palavra "democracia", apoia-se em doutrinas filosóficas, e o faz de modo bastante fiel, o que justifica o ponto de vista objetivo que ele adota.
- (B) abordando uma específica forma de governo, atém-se a descrevê-la a partir do que é observável nas nações em que é contemporaneamente adotada, o que lhe permite denunciar as intenções enganosas das ideias utópicas que nelas persistem.
- (C) ao caracterizar o sistema denominado "democracia", vale-se de certas palavras de origem inglesa, o que evidencia não só a precisão dos termos citados, como a admiração que ele tem pelos países em que essa forma de governo se originou.
- (D) demonstrando que a palavra "democracia" é aplicada até para referir regimes que lhe são opostos, não só fixa a concepção de democracia que adota, como julga necessário circunscrever o campo em que, assim entendida, ela se exerce.
- (E) adotando a acepção mais corriqueira de "democracia", demonstra como os traços que definem esse sistema político embasam organizações sociais distintas, em distintos continentes.

7. O texto legitima a seguinte assertiva:

- (A) Segundo Lamounier, a democracia é a confluência de duas linhas de pensamento, que, pelo peso dos seus intelectuais, são amplamente respeitadas nas relações entre Estados e sociedades.
- (B) O autor Bolívar Lamounier entende que a existência de instituições é quase que inerente à ideia de democracia representativa.
- (C) Na proposta de Montesquieu, a ideia de democracia estabelece que o sistema institucional tanto pode ser um entrave para que a concorrência política se realize sem violência, quanto pode ser uma alavanca para a paz.
- (D) Freios e contrapesos são instrumentos que, pelo fato de assegurarem a convivência harmônica entre partidos, governo e estados, devem ter sua arquitetura reavaliada constantemente.
- (E) O fragmento transcrito demonstra que filósofos, e não cientistas políticos, são os responsáveis pela concepção e pelo estabelecimento das mais eficientes e amplas relações entre Estado e sociedade.

8. O segmento que expressa ideia de reciprocidade é:

- (A) (linhas de 4 a 7) *os governos governam e se mantêm responsabilizáveis [...] graças a restrições constitucionais.*
- (B) (linhas 11 e 12) *tampouco a regimes populistas ou "movimentistas" que se apresentem como democráticos.*
- (C) (linhas 32 e 33) *um sistema que não se deixa absorver nem absorve os outros sistemas (econômico, cultural etc.).*
- (D) (linhas 38 e 39) *O rousseuismo, como diversos intérpretes têm assinalado, é um plebiscitarismo.*
- (E) (linhas 40 e 41) *trata-se de um ideal não apenas utópico, mas com forte viés autoritário.*



<p>9. Considere atentamente o que se tem no parágrafo 4 e as afirmações que seguem.</p> <p>I. Análise do parágrafo torna plausível a dedução de que o <i>rousseauísmo</i> crê na viabilidade e na superioridade ética de um governo continuamente dependente de legitimação pela massa dos cidadãos.</p> <p>II. Exame do parágrafo revela ser plausível a hipótese de que o <i>rousseauísmo</i> considera legítimo apenas o que advém da totalidade, perspectiva que praticamente resultaria na negação de espaço para a minoria ou para a dissidência individual.</p> <p>III. O parágrafo firma a ideia de que a obrigação que o governante tem de prestar contas de suas ações à sociedade é, segundo o <i>rousseauísmo</i>, norma que, por concretizar um ideal de perfeição, deve ser praticada.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) I, apenas.</p> <p>(B) I e III, apenas.</p> <p>(C) II e III, apenas.</p> <p>(D) I e II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>	<p>12. ... termo pelo qual se autodesignavam os regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu. (linhas 14 a 16)</p> <p>A formulação que mantém a clareza, a correção e o sentido da frase acima é:</p> <p>(A) nome dos regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu, sendo que era atribuído por eles mesmos.</p> <p>(B) termo que os regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu se valiam para se auto-designar.</p> <p>(C) expressão usada pelos regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu para designarem a si próprios.</p> <p>(D) designação dos próprios regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu, de acordo com a escolha feita.</p> <p>(E) nomenclatura que os regimes totalitários de partido único da URSS e do Leste europeu davam-se a si mesmos.</p>
<p>10. Sobre a expressão "Não obstante", empregada no parágrafo 4, é correto o seguinte comentário:</p> <p>(A) sinaliza que a assimilação de valores referida é herança negativa, dado o que se afirma anteriormente no parágrafo.</p> <p>(B) indica que a citada assimilação de valores contraria a expectativa gerada pela ideia expressa na frase imediatamente anterior.</p> <p>(C) pode ser substituída por "Embora", sem necessidade de qualquer outra alteração na frase para que a correção e o sentido originais sejam preservados.</p> <p>(D) equivale à expressão "Ainda que" ao exprimir fato não realizado, como se nota em "Ainda que ele possa me ajudar, não dará tempo de entregar os documentos no prazo previsto".</p> <p>(E) supõe ideia não explicitada, a que se destaca em "Não obstante a <u>coerência do pensamento de Rousseau</u>".</p>	<p>13. Levando em conta o valor expressivo do segmento destacado, afirma-se com correção:</p> <p>(A) (linhas 11 e 12) <i>tampouco a regimes populistas ou "movimentistas" que se apresentem como democráticos</i> – exprime noção de desejo.</p> <p>(B) (linhas 25 e 26) <i>para usar outra expressão norte-americana</i> / exprime noção de finalidade.</p> <p>(C) (linhas 26 e 27) <i>Arquitetados para moderar conflitos entre partidos</i> / exprime o estado resultante de uma ação acabada.</p> <p>(D) (linhas 28 a 31) <i>tais freios devem ser também entendidos como parte de uma concepção mais ampla das relações entre Estado e sociedade</i> / exprime probabilidade, como em "Depois desse treino, ele deve estar cansado".</p> <p>(E) (linhas 38 e 39) <i>O rousseauísmo, como diversos intérpretes têm assinalado, é um plebiscitarismo</i> / exprime ação totalmente circunscrita a um certo momento do passado.</p>
<p>11. A alternativa em que segmento do texto está associado à formulação que respeita a norma padrão escrita é:</p> <p>(A) <i>um sistema no qual o acesso legítimo a posições de autoridade pública se dá mediante eleições periódicas</i> / um sistema no qual os acessos legítimos a posições de autoridade pública se dá mediante eleições periódicas.</p> <p>(B) <i>graças a restrições constitucionais</i> / em virtude a restrições constitucionais.</p> <p>(C) <i>faz referência à democracia tal como a conhecemos na realidade histórica</i> / faz referência à qualquer partido dentre os mais conservadores, tais como os conhecemos na realidade histórica.</p> <p>(D) <i>não a doutrinas concernentes a sociedades ideais</i> / não a doutrinas que, na realidade, concerne a sociedades ideais.</p> <p>(E) <i>fato comum na América Latina</i> / fato comum à América Latina.</p>	<p>14. ... a evolução histórica da democracia representativa nos últimos dois séculos assimilou dois valores de procedência rousseauísta...</p> <p>A correta transposição da frase acima para a voz passiva produz a seguinte forma:</p> <p>(A) têm sido assimilados.</p> <p>(B) assimilaram.</p> <p>(C) produziu a assimilação.</p> <p>(D) foram assimilados.</p> <p>(E) havia assimilado.</p> <p>15. <i>Refiro-me aqui à democracia representativa, às vezes também denominada, com certa redundância, democracia de instituições.</i></p> <p>A frase acima está também pontuada em conformidade com a norma padrão escrita em:</p> <p>(A) Refiro-me aqui, à democracia representativa, às vezes também denominada, com certa redundância democracia de instituições.</p> <p>(B) Refiro-me, aqui, à democracia representativa, às vezes também denominada com certa redundância, democracia de instituições.</p> <p>(C) Refiro-me aqui à democracia representativa; às vezes também, denominada com certa redundância democracia de instituições.</p> <p>(D) Refiro-me aqui, à democracia representativa, às vezes, também denominada com certa redundância, democracia de instituições.</p> <p>(E) Refiro-me, aqui, à democracia representativa, às vezes também denominada, com certa redundância, democracia de instituições.</p>



Atenção: As questões de números 16 a 18 referem-se ao texto abaixo.

1 *Apesar de os afilhados saberem que o padrinho não iria enfrentar nenhum litígio, principalmente depois de viver a intensa experiência do coma, reteram os documentos que entregara a eles por ocasião da venda da mansão, e o*
 5 *fizeram a fim de reivindicar um valor mais alto para a negociação. Eram tantos os pró da venda, neles incluso a vultosa soma que receberiam, que todos os parentes endossaram a iniciativa do velho senhor, mas, ao mesmo tempo, quiseram reforçar sua dúvida quanto ao destino da*
 10 *quantia apurada, não tanto por virem que as possibilidades eram muitas, mas principalmente por reconhecerem sua incapacidade de lidar com aplicações financeiras.*

16. É procedente afirmar que, na primeira frase do texto,

- (A) a forma *de os afilhados saberem* não é condizente com a norma padrão escrita, que preconiza unicamente a forma "dos afilhados saberem".
- (B) a palavra *litígio* está inadequadamente grafada, pois a forma correta é "letígio".
- (C) a sequência *depois de viver a intensa experiência do coma* apresenta equívoco quanto ao gênero do substantivo *coma*.
- (D) há equívoco quanto ao emprego da forma verbal *reteram*, pois a forma correta é "retiveram".
- (E) há equívoco na grafia da palavra *reivindicar*, pois a forma correta é "reinindicar".

17. Considerados a segunda frase do texto e a norma padrão escrita, afirma-se com correção:

- (A) é legítima a flexão de plural encontrada em *os pró*.
- (B) no contexto em que está empregada, a forma *neles* pode ser substituída por "nela", sem que haja qualquer alteração do sentido original.
- (C) em *neles incluso*, não há inadequação alguma.
- (D) há equívoco no que se refere à grafia da palavra *quiseram*.
- (E) a forma verbal *virem*, empregada em lugar de "verem", constitui equívoco.

18. O texto apresenta ambiguidade, sobre a qual se afirma com correção:

- (A) é gerada pelo emprego do pronome *sua* (linha 9), que tanto pode remeter a *do velho senhor* (linhas 8), quanto a *todos os parentes* (linha 7).
- (B) é provocada pelo emprego do pronome *o* (linha 4) sem indicação clara do sentido que recupera.
- (C) seria sanada com a substituição de *do velho senhor* (linha 8) por "padrinho".
- (D) é gerada pela incompatibilidade das ações simultâneas de "endossar" (linha 8) e "reforçar dúvida" (linha 9).
- (E) é provocada pelo emprego da forma verbal *entregara* (linha 4), sem a indicação explícita de quem teria efetuado a ação de "entregar".

Atenção: As questões de números 19 a 25 referem-se ao texto abaixo.

Uma atividade vital

1 *O conceito filosófico de trabalho formulado por Karl Marx abarca ontologicamente o todo da existência do homem. Não se trata de uma atividade determinada, como o seria no sentido econômico, mas da práxis*
 5 *fundamental e específica da espécie humana, na qual há uma união essencial entre homem e objetividade. Assim, Marx entende que o caráter de uma espécie qualquer reside no tipo de atividade vital que ela exerce, de forma que o traço distintivo da humanidade seria o*
 10 *fato de o homem fazer de sua atividade vital um projeto de sua vontade e de sua consciência. Dessa forma, enquanto o animal é idêntico à sua atividade vital e sua*
 15 *produção não vai além do que necessita imediatamente para si e para sua prole, o homem, por meio do trabalho, procede à construção prática de certo mundo objetivo, através da manipulação da natureza inorgânica.*

O trabalho, por consequência, é o que permite ao homem construir seu mundo objetivo e a si mesmo enquanto indivíduo, buscando a satisfação de suas
 20 *necessidades. Nesse aspecto, para Marx, as ações humanas não têm por base uma natureza pronta, imutável, mas se referem a um homem ativo na construção de si mesmo, da natureza e da História. Ao apropriar-se dos objetos em suas relações com o mundo, o homem*
 25 *cria, simultaneamente, suas esferas espirituais, materiais e até biológicas, já que os sentidos humanos são vistos como coletivos em sua forma e dependentes do modo como se objetiva a natureza. Assim, a esfera natural é apropriada como parte do corpo humano, pois*
 30 *a criação do mundo cultural depende dos meios fornecidos pelo mundo sensorial. Para além da construção de simples meios de sobrevivência, o homem estabelece uma mediação entre si e a natureza, produzindo e reproduzindo sua existência material, vital*
 35 *e espiritual.*

(Adaptado de: Kátia Santos. Trabalho como conceito Filosófico. **Conhecimento Prático**. Filosofia. São Paulo: Escala Educacional, junho de 2013, p. 28)

19. A correta leitura do texto indica que,

- (A) com o trabalho operado sobre a natureza inorgânica, o homem edifica um mundo no qual matéria, individualidade, espírito se tornam objetos culturais.
- (B) para Marx, o tipo de atividade exercida distingue os indivíduos e, por consequência, inúmeras classes sociais, pois todo homem faz de seu trabalho um particular projeto de sua vontade e de sua consciência.
- (C) ao distanciar-se do objetivo natural de suprir suas necessidades e as de sua prole por meio do trabalho, o homem expõe o mundo a insuperáveis desigualdades econômicas, sociais e mesmo naturais.
- (D) do ponto de vista econômico – que se opõe ao ponto de vista filosófico – o trabalho é uma atividade vital determinada, realizada pelo homem ou por outra espécie animal.
- (E) do ponto de vista filosófico, o trabalho é a essência do homem; do ponto de vista econômico, o trabalho se reduz à atividade vital distintiva da espécie humana.



<p>20. De acordo com o texto,</p> <p>(A) todas as espécies animais encontram no trabalho o mecanismo para a satisfação de suas necessidades imediatas; o que diferencia os homens é a complexidade de suas demandas individuais.</p> <p>(B) não existem natureza, humanidade ou História “em si”, posto que estes são produtos simbólicos, isto é, representações sensório-cognitivas das ações dos homens que trabalham.</p> <p>(C) além de constituir meio de subsistência, a práxis fundamental da espécie humana promove a mediação entre o homem e a natureza.</p> <p>(D) o corpo humano, no qual operam as coerções dos cinco sentidos, constitui o único domínio em que é apropriado pensar-se num homem natural.</p> <p>(E) a percepção humana é sempre coletiva, já que os sentidos são determinados pelas esferas espiritual, material e biológica dos distintos agrupamentos sociais humanos.</p>	<p>23. Considerado o contexto, assinale a alternativa correta.</p> <p>(A) O segmento <i>na qual</i> (linha 5) tem como referência inequívoca [...] a <i>espécie humana</i>.</p> <p>(B) No fragmento <i>certo mundo</i> (linha 15), o item destacado tem seu sentido definido também por meio de sua posição relativa ao substantivo, como o atesta a comparação com “mundo certo”.</p> <p>(C) Em <i>como o seria</i> (linha 4), o elemento em destaque recupera a expressão feminina <i>atividade</i>, correspondendo, portanto, do ponto de vista do gênero, a um uso equivocado.</p> <p>(D) A flexão de <i>Não se trata de uma atividade determinada</i> (linha 3) para o plural resultaria em “Não se tratam de atividades determinadas.”</p> <p>(E) O trecho <i>é o que permite ao homem construir seu mundo</i> (linhas 17 e 18) está corretamente reescrito assim: “é o que o permite construí-lo”.</p>
<p>21. No texto,</p> <p>(A) o título enfatiza uma das dimensões do conceito de trabalho, aquela que diz respeito à sobrevivência das distintas espécies que se confrontam com a natureza inorgânica.</p> <p>(B) as comparações com o que se nota no reino animal permitem melhor compreensão da natureza dual do homem, ser com aspirações espirituais limitadas por restrita existência orgânica e objetiva.</p> <p>(C) o verbo ser no presente do indicativo é inserido em afirmações categóricas (<i>o animal é idêntico à sua atividade vital; O trabalho [...] é o que permite; a esfera natural é apropriada</i>), expostas como verdades indiscutíveis.</p> <p>(D) o caráter didático-instrucional impõe o emprego abundante de exemplos e citações, já a partir das primeiras frases.</p> <p>(E) o recorrente uso de formas verbais do futuro do pretérito, aliado a expressões como <i>Marx entende</i>, para <i>Marx</i> etc., confere às ideias expostas o caráter de construções teóricas plausíveis, mas potencialmente refutáveis.</p>	<p>24. Assinale a alternativa em que, preservado o sentido original, um fragmento do texto está corretamente reescrito:</p> <p>(A) <i>procede à construção prática de certo mundo</i>: leva à efeito a elaboração concreta de um mundo.</p> <p>(B) <i>Para além da construção de simples meios de sobrevivência</i>: Indo adiante da produção de meros mecanismos para subsistir.</p> <p>(C) <i>o traço distintivo da humanidade</i>: a mais insigne característica dos seres humanos.</p> <p>(D) <i>os sentidos humanos são vistos como coletivos</i>: veem-se os sentidos humanos como coletivos.</p> <p>(E) <i>a esfera natural é apropriada como parte do corpo humano</i>: como secção do corpo humano, a dimensão da natureza é conveniente.</p>
<p>22. Considerando a organização do texto, assinale a alternativa que contém afirmação correta.</p> <p>(A) O uso de <i>até</i> (linha 26) indica que as esferas biológicas são apenas excepcionalmente suscetíveis à intervenção criativa do homem.</p> <p>(B) Na reconstrução paulatina da argumentação de Marx, formas como <i>Assim, Dessa forma, por consequência</i> reforçam a relação de dependência que aquilo que se afirma tem com o que já foi dito.</p> <p>(C) A forma <i>enquanto</i> (linha 12) traz ao texto sentido que também poderia ser veiculado por meio da forma “como”.</p> <p>(D) Comparada a “O trabalho permite”, a construção <i>O trabalho [...] é o que permite</i> (linha 17) constituir opção estilística de realce de um termo, sem impacto algum sobre o sentido do fragmento.</p> <p>(E) O uso de <i>Ao apropriar-se</i> (linha 23) na mesma frase em que a palavra <i>simultaneamente</i> (linha 25) foi empregada gera redundância, na medida em que ambas as construções situam os eventos descritos em relação temporal de concomitância.</p>	<p>25. Está correta a seguinte redação:</p> <p>(A) Embora, na condição de ser consciente, o homem devesse tomar as rédeas de sua vida, o que ocorre é a transmutação de sua atividade vital em um meio para a busca da subsistência.</p> <p>(B) Pela alienação do trabalho, o indivíduo perde a característica de agente ativo face a natureza e o mundo humanamente instituído.</p> <p>(C) Essa modalidade de trabalho não é somente uma mutilação intelectual e moral, mas também um obstáculo no ato de criação humana, no desenvolvimento e na consciência do indivíduo.</p> <p>(D) A propósito, quando utilizamos os termos “trabalho livre”, “trabalho escravo” e “trabalho”, será preciso estar atento na conjuntura histórica e nos sentidos que cada pensador atribui-lhes.</p> <p>(E) Esse trabalho, como categoria da economia política, é um impecílio para a realização das potencialidades humanas, obrigando o trabalhador a restringir seus horizontes aos afazeres que o permitem continuar existindo.</p>

**Raciocínio Crítico**

26. Uma pesquisa revelou que as donas de casa na faixa dos 40 a 50 anos representam o grupo que mais compra chocolates nos supermercados brasileiros. Este surpreendente resultado derruba de vez o mito de que a infância corresponde à fase de nossas vidas em que mais consumimos chocolate.

O argumento reproduzido acima pode ser considerado falho porque seu autor

- (A) classifica como surpreendente o resultado de uma pesquisa, o que a desqualifica.
- (B) não detalha o perfil econômico das donas de casa que participaram da pesquisa.
- (C) refere-se a um mito popular, que não tem qualquer embasamento científico.
- (D) não distingue os conceitos de compra e consumo, tratando essas palavras como sinônimas.
- (E) refere-se à infância de modo geral, sem especificar uma faixa etária mais precisa.

27. Considere:

Eficácia do benefício é no mínimo discutível

O amplo apoio à meia-entrada entre os paulistanos expressa a consagração, talvez irrefletida, de uma instituição cuja legitimidade provém da ideia de que a sociedade deve facilitar e estimular o acesso de estudantes a bens culturais.

Tratando-se de jovens, em geral fora do mercado de trabalho (e portanto "duros"), o ingresso reduzido diminuiria a barreira financeira que poderia privá-los do consumo de cultura. Essa lógica bem-intencionada tem sido questionada pelos fatos.

Segundo produtores da área, a presença de estudantes verdadeiros ou falsificados nas bilheterias chegaria em média a 60%, nos cinemas, e alcançaria até 95% em festivais de música pop.

Como o poder público impõe um subsídio mas não o banca, a consequência econômica é a elevação do preço dos ingressos para compensar a perda. Aparentemente, todos pagam mais, embora o não estudante pague ainda mais para financiar a generalização da suposta meia-entrada.

(Gonçalves, Marcos Augusto. **Folha de S.Paulo**, 06.05.13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2013/05/1273734-eficacia-do-beneficio-e-no-minimo-discutivel.shtml>)

O colunista Marcos Gonçalves questiona a eficácia do benefício da meia-entrada baseando-se no argumento de que

- (A) ele implica um subsídio que acaba sendo bancado pelos próprios consumidores de cultura, já que provoca a elevação do preço dos ingressos.
- (B) 60% do público dos cinemas é constituído de falsos estudantes, pessoas que não são estudantes, mas burlam as regras para que possam utilizar o benefício.
- (C) o poder público não deveria bancar o acesso de estudantes a bens culturais como cinema e festivais de música.
- (D) os jovens, em geral fora do mercado de trabalho, já convivem com a barreira financeira que os priva do consumo de cultura.
- (E) os não estudantes, mais ricos, acabam se beneficiando mais da meia-entrada do que os jovens "duros", uma vez que o preço dos ingressos sobe para todos.

28. Há alguns anos, o uso do cinto de segurança em automóveis tornou-se obrigatório por lei no Brasil. Algumas pessoas criticam essa lei, com o argumento de que a não utilização do cinto traz riscos apenas ao próprio indivíduo. Dizem que, em uma sociedade livre, as pessoas devem ter o direito de assumir seus próprios riscos, desde que não prejudiquem os outros. Dessa forma, concluem que o uso ou não do cinto de segurança deveria ser uma escolha de cada cidadão.

Qual dos seguintes eventos, se verdadeiro, enfraquece a argumentação descrita acima?

- (A) Muitas empresas automotivas têm introduzido, nos últimos modelos lançados, dispositivos que impedem que seja dada a partida do veículo caso o cinto de segurança do banco do motorista não tenha sido acionado.
- (B) Inúmeros levantamentos oficiais, conduzidos pelos Ministérios dos Transportes e da Saúde, têm mostrado que, em caso de acidentes automobilísticos rodoviários, a gravidade dos ferimentos é bem maior em motoristas que não estavam usando cinto.
- (C) O preço dos seguros de automóvel é mais alto para todos os usuários devido às indenizações pagas em casos de acidentes em que o motorista morre ou se machuca gravemente por não estar usando o cinto de segurança.
- (D) As leis que tornam obrigatório o uso do cinto de segurança não se restringem aos motoristas de automóveis: passageiros de aviões também são obrigados a usar o cinto durante a decolagem e a aterrissagem da aeronave.
- (E) O número de acidentes rodoviários com vítimas fatais diminuiu significativamente no Brasil após a implantação da lei que tornou obrigatório o uso do cinto de segurança pelo motorista e pelos passageiros de todos os automóveis.



29. Considere:

Cientistas e inventores, a exemplo de qualquer animal, tendem à preguiça, isto é, só gastam energia quando há motivo. Foi com base nessa premissa que os voluptuosos sibaritas desenvolveram, já em 500 a.C., um mecanismo que dava a cozinheiros e descobridores de produtos de luxo o direito de explorar com exclusividade durante um ano os frutos de sua imaginação. Alguns séculos depois, surgiria o moderno sistema de patentes.

Há racionalidade no esquema. Quando concedemos ao inventor o direito de ser o único a ganhar com sua criação por um período limitado de tempo, não só estabelecemos um incentivo à inovação como estimulamos a competição, o que gera mais soluções. A lógica é tão sedutora que, em 1980, a Suprema Corte dos EUA autorizou o patenteamento de um ser vivo criado por biotecnologia e, logo, genes, genomas humanos e não humanos entraram na onda.

Nem todos gostaram, pois a moda trouxe um problema matemático que atende pelo nome de "tragédia dos anticomuns": [...] como vários proprietários podem limitar o acesso ao bem, ele é subutilizado, ainda que isso não interesse a ninguém.

É o que ocorria no campo da biotecnologia nos EUA. Como muita gente tinha algo patenteado, criaram-se feudos sobrepostos. Se um cientista quisesse desenvolver uma droga ligada a um gene "com dono", precisava negociar com o detentor da patente. Como uma pesquisa típica envolve até centenas dessas negociações, muitos preferiam nem tentar.

(Schwartzman, Hélio. **Folha de S.Paulo**, 22.06.13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/colunas/helioschwartzman/2013/06/1299449-os-sibaritas-e-as-patentes.shtml>)

Considerando o desenvolvimento da argumentação de Hélio Schwartzman, pode-se inferir que ele

- (A) condena a racionalidade do sistema de patentes, pois ela desestimula os cientistas a buscarem inovações em suas respectivas áreas de pesquisa.
- (B) condena a lógica do sistema de patentes, uma vez que ela foi concebida há mais de 2.500 anos, mostrando-se desatualizada para as questões atuais da ciência.
- (C) defende a racionalidade do sistema de patentes, criticando a posição daqueles que não gostaram da decisão de 1980 da Suprema Corte dos EUA sobre biotecnologia.
- (D) defende a lógica do sistema de patentes, pois reconhece que ela evita que, motivados pela preguiça, muitos cientistas limitem o acesso aos novos conhecimentos.
- (E) reconhece a racionalidade do sistema de patentes, mas alerta para o fato de que, em determinadas áreas, ele pode ser prejudicial para as pesquisas inovadoras.

30. Considere:

As estatísticas criminais do estado de São Paulo relativas a abril apontam aumento em quase todos os crimes com exceção dos homicídios, que caíram. [...]

O homicídio tem sido um importante termômetro da efetividade das ações públicas na segurança: sua queda refletiria o aumento do investimento no policiamento.

Contudo, permanece sem resposta o motivo pelo qual o investimento no policiamento não produz efeitos sobre os demais crimes.

Essa compreensão passa pelo entendimento da lógica dos diferentes crimes.

(Dias, Camila Nunes. **Folha de S.Paulo**, 25.05.13. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1284840-analise-queda-dos-homicidios-aponta-logica-empresarial-de-bandidos.shtml>)

Considerando o contexto descrito no fragmento acima, qual das alternativas abaixo poderia justificar uma diminuição no número de homicídios, acompanhada de um aumento nas demais modalidades de crime, como latrocínio (roubo seguido de morte), furto, roubo e furto de veículos?

- (A) O policiamento reprime apenas os crimes mais graves, favorecendo a atuação dos "ladroes de galinha", que cometem pequenos delitos em que não têm contato direto com as vítimas.
- (B) As ações públicas na segurança efetivam-se apenas nos grandes centros urbanos; isso acarreta que os criminosos migrem para as cidades pequenas e médias do interior do estado.
- (C) As organizações criminais estão mais sofisticadas: seguindo um modo de ação empresarial, que visa ao lucro, consideram que os homicídios expõem os criminosos e não trazem ganhos financeiros.
- (D) A partir de abril, a metodologia na contagem de homicídios foi alterada, passando-se a contabilizar o total de vítimas assassinadas, e não mais o total de ocorrências criminais.
- (E) Houve um sensível aumento no número de presos nos últimos meses, o que representou um sério golpe nas principais organizações criminosas que atuam no estado.

Noções Gerais da Igualdade Racial e de Gênero

31. Em relação ao agente que é preso em flagrante delito pela prática de crime de racismo, é correto afirmar:

- (A) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei.
- (B) A lei considera crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática do racismo, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem.
- (C) A lei considera crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia a prática do racismo, por ele respondendo os mandantes, os executores e os que, podendo evitá-lo, se omitirem; devendo cumprir a pena integralmente em regime fechado.
- (D) A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão que deverá ser cumprida integralmente em regime fechado.
- (E) A autoridade policial poderá conceder a fiança quando a pena privativa de liberdade, prevista na lei, for igual ou inferior a quatro anos; cabendo ao Juiz a concessão da fiança nos demais casos.



32. A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais, dentre outros, pelo princípio da prevalência dos direitos humanos. Dessa forma, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos aprovados
- (A) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (B) e assinados pelos representantes diplomáticos do Brasil serão incorporados ao ordenamento jurídico como emendas constitucionais.
- (C) em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por dois terços dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.
- (D) e assinados pelos representantes diplomáticos do Brasil serão incorporados ao ordenamento jurídico brasileiro como leis complementares à Constituição.
- (E) pelo Senado Federal, em único turno de votação, por metade dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às leis ordinárias após a sanção presidencial.
-
33. Em relação à República Federativa do Brasil, considere:
- I. A dignidade da pessoa humana é um dos seus fundamentos.
- II. A promoção do bem de todos – sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação – constitui um de seus objetivos fundamentais.
- III. O repúdio ao racismo deverá reger as suas relações internacionais.
- IV. A igualdade de todos perante a lei é um dos seus princípios sociais.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, III e IV.
 (B) I, II e IV.
 (C) I, II e III.
 (D) II, III e IV.
 (E) I e II.
-
34. A Constituição do Estado da Bahia, em relação aos direitos específicos da mulher, determina que o Estado garantirá, perante a sociedade, a imagem social da mulher como mãe, trabalhadora e cidadã em igualdade de condições com o homem, com o objetivo de
- (A) garantir a educação não diferenciada através de preparação de seus agentes educacionais, seja no comportamento pedagógico ou no conteúdo do material didático, de modo a não discriminar a mulher no sistema de ensino estadual da educação básica, média e superior, inclusive perante a Universidade Federal da Bahia.
- (B) regulamentar os procedimentos para a interrupção da gravidez, garantindo acesso à informação e agilizando mecanismos operacionais para o atendimento integral à mulher carente e que não possua condições psicológicas de levar a gestação a termo.
- (C) criar mecanismos de assistência integral à saúde da mulher, em todas as fases de sua vida, através de programas governamentais desenvolvidos, implementados e controlados pelo Conselho Estadual de Saúde, com a participação das entidades representativas das mulheres e da comunidade baiana.
- (D) criar comissão estadual interdisciplinar, garantida a representação do movimento autônomo de mulheres, para avaliar as pesquisas de reprodução humana, crescimento populacional, participação da mulher no mercado de trabalho e da prática de violência doméstica.
- (E) impedir a veiculação de mensagens que atentem contra a dignidade da mulher, reforçando a discriminação sexual ou racial.
-
35. A Lei Federal nº 7.716/89 define como crime as condutas de praticar, induzir ou incitar a discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional. Quando as condutas são praticadas por intermédio dos meios de comunicação social ou publicação de qualquer natureza, o Juiz poderá determinar
- I. o recolhimento imediato ou a busca e apreensão dos exemplares do material respectivo.
- II. a cessação das respectivas transmissões radiofônicas, televisivas, eletrônicas ou da publicação por qualquer meio.
- III. a interdição das respectivas mensagens ou páginas de informação na rede mundial de computadores.
- IV. o chamamento da vítima da discriminação ou preconceito para integrar a ação penal como *amicus curiae*.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 (B) I, II e III.
 (C) I, III e IV.
 (D) II, III e IV.
 (E) I e II.
-
36. São objetivos do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial – SINAPIR:
- (A) Articular planos, ações e mecanismos voltados a reprimir a prática de crimes raciais e implementar ações afirmativas.
- (B) Promover a igualdade étnica e o combate às desigualdades sociais resultantes da intolerância, inclusive mediante adoção de políticas públicas de integração.
- (C) Coordenar as ações afirmativas dos governos estaduais, distrital e municipais e formular políticas sociais educativas.
- (D) Formular políticas destinadas a combater os fatores de marginalização e a promover a integração social da população negra.
- (E) Promover, com a colaboração da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o censo demográfico da população negra e promover a integração internacional da população negra.
-
37. Para fins do Estatuto da Igualdade Racial – Lei Federal nº 12.288/2010, considera-se discriminação racial
- (A) fabricar, comercializar, distribuir ou veicular símbolos, emblemas, ornamentos, distintivos ou propaganda que utilizem a cruz suástica ou gamada, para fins de divulgação do nazismo.
- (B) toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (C) a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre negros e os demais segmentos sociais.
- (D) negar emprego ou trabalho a alguém em autarquia, sociedade de economia mista, empresa concessionária de serviço público ou empresa privada, por preconceito de raça, de cor, de sexo ou de estado civil.
- (E) toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.



38. Nos termos do preâmbulo da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Decreto nº 4.377/2002), a participação máxima da mulher, em igualdade de condições com o homem, em todos os campos, é indispensável para

- (A) a construção da Nova Ordem Econômica Internacional baseada na equidade e na justiça.
- (B) o desenvolvimento pleno e completo de um país, o bem-estar do mundo e a causa da paz.
- (C) consolidar a importância social da maternidade e a função dos pais na família e na educação dos filhos.
- (D) o fortalecimento da paz e da segurança internacionais, o alívio da tensão internacional e a cooperação mútua entre todos os Estados.
- (E) a erradicação das situações de pobreza e de todas as formas de racismo, discriminação racial, colonialismo, neocolonialismo, agressão e ocupação estrangeira.

39. Para os fins da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, são considerados indígenas os povos

- (A) que descenderem de populações que habitavam o país ou uma região geográfica pertencente ao país na época da conquista ou da colonização ou do estabelecimento das atuais fronteiras estatais e que, seja qual for sua situação jurídica, conservam todas as suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas, ou parte delas.
- (B) cujas condições sociais, culturais e econômicas os distingam de outros setores da coletividade nacional, e que estejam regidos, total ou parcialmente, por seus próprios costumes ou tradições ou por legislação especial.
- (C) assim definidos pelo Direito Internacional.
- (D) que, respeitada a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições, gozam, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população.
- (E) assim definidos pelo Direito Interno dos Estados.

40. No Estado da Bahia, nos termos da Lei Estadual nº 12.212/11, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Mulher – CDDM, tem por finalidade como órgão

- (A) deliberativo estabelecer as políticas públicas e medidas que visem eliminar a discriminação e garantir condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado.
- (B) consultivo apoiar a formulação e a implementação de políticas públicas de gênero, de forma transversal.
- (C) deliberativo integrar as políticas para as mulheres nas áreas de educação, saúde, trabalho e participação política, visando o combate à violência contra a mulher e a redução das desigualdades de gênero e a eliminação de todas as formas de discriminação identificadas.
- (D) consultivo estabelecer diretrizes e normas relativas às políticas e medidas que visem a eliminar a discriminação e garantir condições de liberdade e equidade de direitos para a mulher, assegurando sua plena participação nas atividades políticas, sociais, econômicas e culturais do Estado.
- (E) consultivo fiscalizar a implementação de políticas públicas de gênero, de forma transversal.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Direito Constitucional

41. Em razão de renúncia ao mandato parlamentar efetivada pelo Presidente do Senado Federal, o 1º Vice-Presidente do Senado Federal convocou sessão conjunta do Congresso Nacional para deliberar sobre proposta de alteração do regime comum e sobre projeto de lei que institui crédito adicional ao orçamento da União. Considerando os termos da convocação expedida, cumpre reconhecer

- (A) vício de inconstitucionalidade em face da incompetência do 1º Vice-Presidente do Senado Federal para expedir, no caso, a convocação.
- (B) vício de inconstitucionalidade em face de não caber ao Congresso Nacional deliberar em sessão conjunta sobre projetos de lei que instituem créditos adicionais.
- (C) a plena constitucionalidade da convocação, pois as proposições que dela constam cabem ser apreciadas tanto em regime de sessão conjunta quanto separadamente em cada Casa do Congresso Nacional.
- (D) a plena constitucionalidade da convocação, pois as matérias a serem deliberadas encontram-se entre as exceções em que a Constituição expressamente autoriza votação em sistema unicameral.
- (E) vício de inconstitucionalidade em face de não caber ao Congresso Nacional deliberar em sessão conjunta sobre alterações ao regimento comum.

42. *Corrupção ativa e corrupção passiva podem em breve ser classificados como crimes hediondos. O Senado aprovou ontem o PLS 204/2011, que inclui tais delitos entre os crimes hediondos.*

(Diário do Senado, de 27 de junho de 2013)

A transformação em lei do projeto ora referido, ante o tratamento constitucional destinado aos crimes hediondos, implica tornar as infrações de corrupção ativa e passiva

- (A) imprescritíveis e insuscetíveis de anistia, além de afastar a competência do Presidente da República para, nesses casos, conceder indulto e comutar penas.
- (B) inafiançáveis e imprescritíveis.
- (C) inafiançáveis e insuscetíveis de anistia, além de afastar a competência do Presidente da República para, nesses casos, conceder indulto e comutar penas.
- (D) insuscetíveis de indulto e comutação de penas, mas sem afastar a competência do Congresso Nacional para, nesses casos, conceder anistia.
- (E) insuscetíveis de anistia, mas sem afastar a competência do Presidente da República para, nesses casos, conceder indulto e comutar penas.

43. Ao dispor sobre a seguridade social, o texto constitucional, em seus estritos termos, enuncia a irredutibilidade do valor dos benefícios e a universalidade da cobertura e do atendimento entre

- (A) os princípios que regem a previdência social.
- (B) os princípios fundamentais da seguridade social.
- (C) as diretrizes gerais que orientam a organização da seguridade social.
- (D) os fundamentos e valores da seguridade social.
- (E) os objetivos que embasam a organização da seguridade social.



44. É cabível a edição de medida provisória que disponha sobre
- (A) a transformação de Territórios Federais em Estado-membro.
 - (B) os casos em que cabe permissão para que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
 - (C) o número de membros dos Tribunais Regionais do Trabalho.
 - (D) a instituição de empréstimo compulsório.
 - (E) a alteração dos limites de área destinada à unidade de conservação ambiental.

45. Entre as prerrogativas institucionais asseguradas ao Governador do Estado da Bahia, encontra-se
- (A) o direito de não ser preso senão pela superveniência de sentença condenatória passada em julgado, nos crimes comuns.
 - (B) o direito de, na vigência de seu mandato, não ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.
 - (C) a inviolabilidade civil e penal por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.
 - (D) o poder para nomear o Defensor Público-Geral do Estado da Bahia dentre os integrantes da carreira com mais de 35 anos de idade, a partir de lista triplíce composta pelos candidatos mais votados pelos Defensores Públicos, no efetivo exercício de suas funções.
 - (E) a legitimidade para propor perante o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual ou municipal em face da Constituição Estadual ou da Constituição Federal.

46. No julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 845/AP (Rel. Min. Eros Grau, DJ de 06.03.2008), o Supremo Tribunal Federal reconheceu a inconstitucionalidade parcial do art. 224 da Constituição do Estado do Amapá, que preceituava o seguinte: "O Estado garantirá o direito a meia passagem ao estudante de qualquer nível nos transportes coletivos urbanos, rodoviários e aquaviários, municipais e intermunicipais, mediante lei". O vício apontado reside na relação de contrariedade entre o preceito impugnado e
- (A) a competência privativa da União para legislar sobre trânsito e transporte, remanescendo aplicável o comando normativo na parte em que disciplina o transporte aquaviário.
 - (B) a autonomia dos Municípios para disciplinar e organizar os serviços públicos de interesse local, remanescendo aplicável o comando normativo na parte em que disciplina o transporte intermunicipal.
 - (C) o princípio constitucional da livre iniciativa, que também alcança as empresas de transporte coletivo, inclusive quanto à política de preços a ser praticada, subsistindo a aplicação do comando normativo em relação às companhias estatais de transporte coletivo.
 - (D) a competência privativa da União para legislar sobre navegação lacustre, fluvial e marítima, remanescendo aplicável o comando normativo na parte em que disciplina o transporte rodoviário.
 - (E) a plena gratuidade nos transportes coletivos urbanos assegurada constitucionalmente aos maiores de sessenta e cinco anos de idade, remanescendo aplicável o comando normativo aos estudantes com idade inferior.

Direito Administrativo

47. Determinada autoridade administrativa outorgou concessão de uso, em caráter precário, de imóvel público a entidade privada, prevendo a possibilidade de retomada antes do prazo sem o pagamento de indenização ao permissionário. Referida decisão é
- (A) ilegal, uma vez que a concessão de uso possui natureza contratual e não precária.
 - (B) ilegal, em face da impossibilidade de uso de bem público por particular.
 - (C) legal, desde que se trate de bem de uso comum do povo.
 - (D) legal, desde que se trate de bem não afetado ao serviço público.
 - (E) ilegal, em face da imprescritibilidade dos bens públicos.
48. A Secretaria da Fazenda contratou, mediante prévio procedimento licitatório, o aluguel de equipamentos e utilização de produtos de informática para a ampliação de serviços de atendimento ao contribuinte. O contrato foi celebrado pelo prazo de 12 meses, dado que a Administração pretendia instaurar outra licitação, para a compra dos equipamentos. Ocorre que, aproximando-se o termo final do contrato de locação, a Administração constatou que não haveria tempo hábil para concretização da aquisição, colocando em risco a continuidade dos serviços. De acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o contrato de locação
- (A) pode ser prorrogado somente na hipótese de caracterização de situação de emergência, observada a compatibilidade com os preços de mercado.
 - (B) não pode ser prorrogado, dado que os contratos administrativos devem ter sua duração adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários.
 - (C) pode ser prorrogado até o limite de 60 meses, desde que constatados preços e condições vantajosas para a Administração.
 - (D) pode ser prorrogado, até o limite de 24 meses, mediante a suplementação de recursos orçamentários.
 - (E) pode ter a duração estendida pelo prazo de até 48 meses após o início da sua vigência.
49. A respeito do regime jurídico dos servidores públicos, na forma prevista pela Constituição Federal, considere:
- I. A contratação de pessoal pelas entidades da Administração indireta depende de prévio concurso público, salvo para aqueles sujeitos ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho.
 - II. As funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, destinam-se apenas às atribuições de chefia, direção e assessoramento.
 - III. É vedada, no âmbito da Administração direta e autárquica, a contratação por tempo determinado.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) III e I.
 - (E) III.



<p>50. O Estado pretende contratar a construção de obra pública de vulto e teme que, em face de crise no setor da construção civil, a empresa contratada tenha dificuldade de cumprir as obrigações assumidas com a Administração. Para se precaver dessa situação, de acordo com as disposições da Lei nº 8.666/93, o competente procedimento licitatório poderá exigir dos licitantes</p> <p>(A) a comprovação de índices mínimos de rentabilidade ou faturamento anterior, podendo ser substituídos por capital social ou patrimônio líquido compatível com os compromissos assumidos.</p> <p>(B) garantia de execução contratual de até 10% do valor estimado da contratação, podendo ser elevada a 20% mediante justificativa circunstanciada.</p> <p>(C) garantia de proposta, no limite de 5% do valor estimado da contratação, mediante caução, seguro garantia ou fiança bancária.</p> <p>(D) comprovação de recursos financeiros próprios ou de terceiros em montante suficiente para a execução do objeto.</p> <p>(E) relação dos compromissos financeiros do licitante que importem absorção de disponibilidade financeira, calculada em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação.</p>	Direito Civil
<p>51. De acordo com a Lei estadual nº 12.209/2011, que disciplina o processo administrativo no âmbito da Administração pública da Bahia,</p> <p>(A) aquele que, mesmo sem ter dado início ao processo, tenha direito ou interesse que possa ser afetado pela decisão adotada é legitimado para postular no processo administrativo.</p> <p>(B) a atuação de associação no processo administrativo é admitida para defesa de interesses coletivos ou difusos, vedada a exigência de comprovação de pertinência temática.</p> <p>(C) o postulante poderá, mediante manifestação escrita, desistir, total ou parcialmente, do pedido formulado, não sendo admitida, nessa hipótese, o prosseguimento do processo pela Administração.</p> <p>(D) os atos que apresentem defeitos sanáveis poderão ser convalidados, desde que não causem lesão ao interesse público, ainda que objeto de impugnação perante a Administração.</p> <p>(E) não cabe recurso administrativo para suprir recusa da autoridade em emitir decisão ou se manifestar acerca de requerimento apresentado, facultado ao interessado a apresentação de representação de caráter disciplinar.</p>	<p>53. Mário Lima de Oliveira, de dezesseis anos de idade, foi examinado por médico psiquiatra e diagnosticado como esquizofrênico, enfermidade que lhe retira o necessário discernimento para o exercício pessoal dos atos da vida civil. Em razão disso, Mário é</p> <p>(A) relativamente incapaz pela idade, que prevalece em relação ao diagnóstico médico, a ser desconsiderado para efeitos jurídicos.</p> <p>(B) relativamente incapaz, tanto pela idade como pela enfermidade diagnosticada.</p> <p>(C) absolutamente incapaz, irrelevante sua idade em face de sua enfermidade.</p> <p>(D) inteiramente capaz, bastando ser assistido por um Curador, em razão de sua idade e enfermidade, para certos atos da vida civil.</p> <p>(E) relativamente incapaz por não ter o desenvolvimento mental completo e pela idade.</p> <p>54. Em respeito às associações e às fundações, considere:</p> <p>I. Constituem-se associações pela união de pessoas organizadas para fins não econômicos, havendo entre os associados direitos e obrigações recíprocos.</p> <p>II. Fundações somente poderão constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência, nesses conceitos compreendidas as fundações para fins científicos, educacionais ou de promoção do meio ambiente.</p> <p>III. Os associados devem ter iguais direitos, mas o estatuto poderá instituir categorias com vantagens especiais.</p> <p>Está correto o que se afirma em</p> <p>(A) II e III, apenas.</p> <p>(B) I e II, apenas.</p> <p>(C) I e III, apenas.</p> <p>(D) II, apenas.</p> <p>(E) I, II e III.</p>
<p>52. Diretores de empresa privada que recebeu subvenção do Estado da Bahia desviaram recursos da referida empresa com auxílio de servidor público, que também se beneficiou financeiramente dessa prática. De acordo com a Lei nº 8.429/92, que trata dos atos de improbidade administrativa,</p> <p>(A) todos estão sujeitos às penas da Lei de Improbidade Administrativa, limitando-se a sanção patrimonial à repercussão do ilícito sobre os cofres públicos.</p> <p>(B) apenas o servidor público sujeita-se às penas da Lei de Improbidade Administrativa, respondendo os diretores civilmente pelos eventuais prejuízos causados à Administração.</p> <p>(C) nenhum dos citados está sujeito às penas da Lei de Improbidade Administrativa, salvo se a contribuição do poder público à empresa superar 50% do seu capital social.</p> <p>(D) apenas os dirigentes estão sujeitos às penas da Lei de Improbidade Administrativa, respondendo o servidor exclusivamente na esfera disciplinar.</p> <p>(E) todos estão sujeitos à Lei de Improbidade Administrativa, desde que comprovado, cumulativamente, lesão ao patrimônio público, enriquecimento ilícito e violação aos princípios da Administração Pública.</p>	<p>55. Adquiro um veículo por meio de consórcio de uma grande montadora nacional. Após dez parcelas que paguei regularmente, a inflação do período, de seis por cento, impede-me de prosseguir honrando o contrato, motivo pelo qual pretendo pleitear judicialmente sua resolução, uma vez que nesse mesmo período não tive reajuste salarial. Nessas circunstâncias,</p> <p>(A) não terei sucesso, porque embora a ausência de reajuste salarial e o índice de inflação caracterizem fatos extraordinários e imprevisíveis, não houve manifesta vantagem para o credor.</p> <p>(B) terei sucesso, pois a união dos dois acontecimentos, ausência de reajuste salarial e índice de inflação do período, caracterizam fatos extraordinários e imprevisíveis, enquadrando-se na teoria da imprevisão.</p> <p>(C) terei sucesso, pois a análise geral dos fatos caracterizará abuso do direito em favor do credor, com prejuízo indevido para mim enquanto devedor.</p> <p>(D) não terei sucesso, pois a ausência de reajuste salarial e o percentual inflacionário do período não podem servir de fundamento para aplicação da teoria da imprevisão, não se tratando de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis e não se configurando extrema vantagem para o credor.</p> <p>(E) terei sucesso se completar pelo menos um ano da aquisição, que é condição essencial para aplicação da teoria da imprevisão no tempo.</p>



<p>56. No tocante à extinção das obrigações, é correto afirmar:</p> <p>(A) A novação por substituição do devedor só será efetuada com o consentimento deste.</p> <p>(B) A compensação efetua-se entre dívidas líquidas, vencidas e de coisas fungíveis.</p> <p>(C) A transação interpreta-se estritamente, por ela transmitindo-se, declarando-se e reconhecendo direitos, desde que homologada judicialmente.</p> <p>(D) Se uma pessoa obrigar-se por terceiro, pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.</p> <p>(E) Como regra geral, podem ser objeto de novação obrigações nulas ou extintas, bem como as anuláveis.</p>	<p>60. Em ação indenizatória, João Pereira pede R\$ 10.000,00 a título de danos morais, porque seu nome foi indevidamente protestado pelo réu, por dívida que já havia sido paga. O juiz, considerando os fatos graves, julga procedente a demanda e condena o réu em R\$ 15.000,00. Ao apelar, o réu alegará que a sentença foi proferida</p> <p>(A) <i>extra petitum</i>, devendo o Tribunal anulá-la.</p> <p>(B) <i>ultra petitum</i>, podendo o Tribunal, em vez de anulá-la, reduzir o valor ao máximo pleiteado na inicial.</p> <p>(C) <i>citra petitum</i>, devendo o Tribunal determinar ao juiz de Primeira Instância que profira outra nos limites requeridos por João Pereira.</p> <p>(D) <i>ultra petitum</i>, devendo o Tribunal anulá-la.</p> <p>(E) <i>extra petitum</i>, podendo o Tribunal reduzir o valor da condenação ao máximo de R\$ 10.000,00 pedidos por João Pereira.</p>
<p>57. No que se refere à posse e à propriedade, é correto afirmar:</p> <p>(A) A posse, por ser pessoal, não se transmite aos herdeiros ou legatários do possuidor.</p> <p>(B) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais, bem como os potenciais de energia hidráulica e os monumentos arqueológicos.</p> <p>(C) A propriedade presume-se condominial, salvo prova de exclusividade.</p> <p>(D) Só se considera possuidor, no direito brasileiro, quem tiver a coisa em seu poder diretamente.</p> <p>(E) Considera-se detentor aquele que, achando-se em relação de dependência para com outro, conserva a posse em nome deste e em cumprimento de ordens ou instruções suas.</p>	<p>61. Maria Rita propõe ação pelo rito ordinário contra Zuleika de Souza, por ter recebido cheque de R\$ 500,00, já prescrito, que voltou sem a devida provisão de fundos. Após ter pleiteado apenas o valor do cheque, e após também a citação da ré, adita a inicial para pleitear danos morais, que estima em R\$ 1.000,00. Essa alteração do pedido inicial</p> <p>(A) pode ser feita independentemente de consentimento da ré, desde que mantidas as mesmas partes e causa de pedir.</p> <p>(B) não pode ser feita, sendo defeso qualquer aditamento após a citação da ré.</p> <p>(C) pode ser feita, desde que com o consentimento da ré, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei.</p> <p>(D) não pode ser feita, salvo se houver alteração também da causa de pedir.</p> <p>(E) pode ser feita, livremente e sem ressalvas, até o saneamento do processo.</p>
<p>58. Em relação aos contratos, é correto afirmar:</p> <p>(A) O mandato deve ser específico a um ou mais negócios, determinadamente, defeso o mandato geral.</p> <p>(B) A prestação de serviço, contratada mediante retribuição, pode ser realizada em face de qualquer trabalho lícito, desde que material, apenas.</p> <p>(C) Na empreitada, a obrigação de fornecimento dos materiais é presumida.</p> <p>(D) O comodato é o empréstimo gratuito de coisas não fungíveis, perfazendo-se com a tradição do objeto.</p> <p>(E) A fiança dar-se-á por escrito ou verbalmente, não admitindo interpretação extensiva.</p>	<p>62. Em relação aos prazos, é correto afirmar:</p> <p>(A) Desde que as partes estejam de acordo, é possível prorrogar os prazos peremptórios, mas não reduzi-los.</p> <p>(B) O princípio geral é o de que os prazos são contínuos, interrompendo-se porém nos feriados.</p> <p>(C) Na omissão da lei quanto ao prazo para a prática do ato processual, a complexidade da causa é fator relevante para a fixação judicial respectiva.</p> <p>(D) Como regra geral, os prazos computam-se incluindo o dia inicial e excluindo o dia do vencimento.</p> <p>(E) Se não houver norma legal nem fixação judicial, o prazo para a prática de ato processual será o de dez dias.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Processual Civil</p> <p>59. Promovida execução contra a empresa de guindastes Hulk – Serviços Pesados Ltda., são oferecidos embargos do devedor, antes mesmo de o Juízo estar garantido por penhora ou caução de bens. Tais embargos</p> <p>(A) serão recebidos no efeito suspensivo, se for alegado excesso de execução.</p> <p>(B) serão rejeitados liminarmente, pela ausência de garantia do Juízo.</p> <p>(C) serão julgados improcedentes, por não haver penhora ou caução de bens por parte da embargante.</p> <p>(D) serão, em regra, recebidos no duplo efeito, devolutivo e suspensivo.</p> <p>(E) serão recebidos, em regra, somente no efeito devolutivo.</p>	<p>63. Examinando cláusula de eleição de foro, o juiz declina de ofício de sua competência, afirmando a nulidade de tal cláusula. Essa conduta,</p> <p>(A) não pode ocorrer, porque a hipótese pede necessariamente a arguição da incompetência relativa por meio de exceção.</p> <p>(B) pode ocorrer, se o contrato for de adesão, devendo o processo ser remetido para o Juízo de domicílio do réu.</p> <p>(C) não pode ocorrer, devendo a incompetência ser levantada pelo réu em sua contestação, preliminarmente.</p> <p>(D) pode ocorrer apenas se a relação não for de consumo.</p> <p>(E) não pode ocorrer, porque a cláusula de eleição de foro sempre é válida, não sendo passível de reconhecimento de nulidade.</p>



<p>64. Apesar de intimado pessoalmente a complementar as custas iniciais do processo, que haviam sido recolhidas a menor, deixa o autor de fazê-lo, limitando-se a informar o Juízo que o fará ao fim do processo. Nessa circunstância, deverá o juiz</p> <p>(A) dar continuidade ao processo, sobrestando a análise do recolhimento posterior das custas para o momento da prolação da sentença.</p> <p>(B) extinguir o processo, sem resolução de mérito, por ausência de condição da ação.</p> <p>(C) dar continuidade ao processo, pois é direito do autor pagar parte das custas iniciais ao propor a demanda e parte ao fim desta.</p> <p>(D) extinguir o processo, com resolução de mérito, declarada a preclusão do autor para o ato de recolhimento das custas.</p> <p>(E) extinguir o processo, sem resolução do mérito, por ausência de pressuposto processual de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.</p>	<p>67. "O lançamento por homologação, que ocorre quanto aos tributos cuja legislação atribua ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa, opera-se pelo ato em que a referida autoridade, tomando conhecimento da atividade assim exercida pelo obrigado, expressamente a homologa." – art. 150, <i>caput</i>, do Código Tributário Nacional. A atividade de homologação será</p> <p>(A) apenas expressa, a qual se dará por ato de autoridade administrativa, diante do conhecimento da atividade exercida pelo obrigado.</p> <p>(B) expressa ou tácita, sendo que esta ocorrerá, salvo disposição na lei em contrário, após cinco anos, a contar da ocorrência do fato gerador, sem qualquer pronunciamento da Fazenda Pública.</p> <p>(C) expressa ou tácita, sendo que esta ocorrerá, salvo disposição na lei em contrário, após cinco anos, a contar do pagamento antecipado, sem qualquer pronunciamento da Fazenda Pública.</p> <p>(D) tácita, sendo que esta ocorrerá, salvo disposição na lei em contrário, após dois anos, a contar do pagamento antecipado, sem qualquer pronunciamento da Fazenda Pública.</p> <p>(E) apenas expressa, a qual se dará por ato de autoridade administrativa, no prazo máximo de 10 anos, diante do conhecimento da atividade exercida pelo obrigado.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Tributário</p> <p>65. Tício obteve o parcelamento de débito tributário relativo ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA. Enquanto pendente o pagamento do crédito, Tício</p> <p>(A) não estará dispensado do cumprimento das obrigações acessórias relacionadas à obrigação principal cujo crédito esteja suspenso.</p> <p>(B) terá direito à certidão negativa de débitos tributários.</p> <p>(C) estará dispensado do cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito esteja suspenso.</p> <p>(D) poderá sujeitar-se à Execução Fiscal diante da não suspensão da prescrição.</p> <p>(E) terá direito à certidão positiva de débitos.</p>	<p>68. É matéria reservada à lei, salvo</p> <p>(A) fixação da alíquota do tributo e sua base de cálculo.</p> <p>(B) cominação de penalidades para as ações e omissões contrárias a seus dispositivos.</p> <p>(C) hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.</p> <p>(D) definição do fato gerador da obrigação tributária principal e seu sujeito passivo.</p> <p>(E) atualização monetária da respectiva base de cálculo do tributo.</p>
<p>66. A União poderá instituir, mediante Lei</p> <p>(A) Ordinária, impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.</p> <p>(B) Complementar, quaisquer tributos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam cumulativos e tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.</p> <p>(C) Complementar, impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.</p> <p>(D) Complementar ou ordinária, impostos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.</p> <p>(E) Ordinária, quaisquer tributos não previstos na Constituição Federal, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos nela discriminados.</p>	<p>69. A ação para cobrança do crédito tributário</p> <p>(A) decai em 5 anos, contados da constituição definitiva do crédito.</p> <p>(B) decai em 5 anos, contados do primeiro dia do exercício financeiro seguinte ao que deveria ter ocorrido o lançamento.</p> <p>(C) prescreve em 5 anos, contados da ocorrência do fato gerador.</p> <p>(D) prescreve em 5 anos, contados da constituição definitiva do crédito.</p> <p>(E) decai em 5 anos, contados do lançamento.</p> <p>70. Lei X de um determinado Estado-membro majorou a alíquota do Imposto de Transmissão <i>Causa Mortis</i> e Doação (ITCMD), entrando em vigor na data de sua publicação. É certo que referido tributo poderá ser cobrado</p> <p>(A) no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, desde que decorridos 90 dias da publicação, já que o ITCMD observa a noventena e a anterioridade anual.</p> <p>(B) no mesmo exercício financeiro ao da publicação da lei, mas antes de decorridos 90 dias já que o ITCMD não observa a noventena e a anterioridade anual.</p> <p>(C) no mesmo exercício financeiro ao da publicação da lei e após decorridos 90 dias da publicação já que o ITCMD observa a noventena e é exceção à anterioridade anual.</p> <p>(D) antes de decorridos 90 dias e no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei, já que o ITCMD é exceção à noventena, mas observa a anterioridade anual.</p> <p>(E) após decorridos 90 dias e após dois exercícios financeiros ao da publicação da lei, já que o ITCMD observa a noventena e a anterioridade anual.</p>

**Direito Comercial**

71. Em relação ao aval, é correto afirmar:
- (A) O avalista não tem responsabilidade se for nula ou anulável a obrigação daquele a quem se equipara, em qualquer caso.
- (B) O aval posterior ao vencimento não produz efeitos jurídicos.
- (C) Para a validade do aval, dado no anverso do título, é suficiente a simples assinatura do avalista.
- (D) Em qualquer título de crédito, é possível o aval parcial.
- (E) O aval deve ser dado em título autônomo ao garantido.

72. No tocante ao cheque, é correto afirmar:
- (A) As obrigações contraídas no cheque são autônomas e independentes.
- (B) O cheque pode ser emitido à ordem do próprio sacador, mas não por conta de terceiro.
- (C) É válida e eficaz a estipulação de juros inserida no cheque, desde que respeitados os limites legais.
- (D) O cheque exige aceite cambiário.
- (E) O emitente do cheque, como regra, garante o pagamento, salvo se declarar que se exime dessa garantia.

73. No que se refere à apresentação e ao pagamento do cheque, considere:
- I. O cheque apresentado para pagamento antes do dia indicado como data de emissão é pagável no dia da apresentação.
- II. O sacado pode exigir, ao pagar o cheque, que este lhe seja entregue quitado pelo portador.
- III. A morte do emitente ou sua incapacidade superveniente à emissão invalidam os efeitos do cheque.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) II.
- (E) III.

74. A letra de câmbio
- (A) é considerada vencida, independentemente de protesto, pela falta ou recusa do aceite.
- (B) não admite endosso cambiário.
- (C) admite aval, a ser sempre prestado pela emissão de letra autônoma.
- (D) só pode ser emitida a dia certo, não podendo ser emitida à vista.
- (E) não pode, uma vez firmada, ter o aceite cancelado nem retirado.

75. A nota promissória
- I. é um título de crédito que consiste em promessa de pagamento, consubstanciada em documento escrito e de natureza cambiária.
- II. que não indicar a época do vencimento será pagável à vista.
- III. admite o endosso, por se tratar de uma promessa de pagamento, mas não o aval.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) II e III.
- (D) I.
- (E) III.

76. A cédula de crédito bancário
- (A) deverá ser emitida, necessariamente, com garantia real ou fidejussória.
- (B) é título de crédito que representa ordem de pagamento à vista, em favor de instituição financeira integrante ou não do Sistema Financeiro Nacional.
- (C) pode conter os critérios de atualização monetária, mas não os juros sobre a dívida.
- (D) é título executivo extrajudicial e representa dívida em dinheiro, certa, líquida e exigível, seja pela soma nela indicada, seja pelo saldo devedor demonstrado em planilha de cálculo ou nos extratos da conta corrente.
- (E) em nenhuma hipótese poderá ser emitida em moeda estrangeira.

Direito Financeiro e Econômico

77. De acordo com a Constituição Federal, a ordem econômica observará os seguintes princípios, dentre outros:
- (A) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor e uniformidade geográfica.
- (B) soberania nacional, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, não confisco e uniformidade geográfica.
- (C) redução das desigualdades regionais e sociais, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, defesa do consumidor e busca do pleno emprego.
- (D) redução das desigualdades regionais e sociais, propriedade privada, função social da propriedade, livre concorrência, não confisco e busca do pleno emprego.
- (E) soberania nacional, redução das desigualdades regionais e sociais, não confisco, livre concorrência, defesa do consumidor e busca do pleno emprego.

78. É suscetível de desapropriação, para fins de reforma agrária,
- (A) a pequena propriedade rural, assim definida em lei, desde que o proprietário não possua outra.
- (B) a média propriedade rural, assim definida em lei, desde que o proprietário não possua outra.
- (C) a grande propriedade produtiva.
- (D) a média propriedade produtiva.
- (E) o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social.



<p>79. Considere:</p> <p>Art. 165... (...) § 6º – O projeto de lei orçamentária será acompanhado de demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrente de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.</p> <p>O citado dispositivo constitucional refere-se ao princípio orçamentário</p> <p>(A) da transparência orçamentária. (B) da universalidade. (C) da unidade. (D) do equilíbrio orçamentário. (E) da publicidade.</p>	<p style="text-align: center;">Direito do Trabalho</p> <p>83. Para que as alterações das condições dos contratos individuais de trabalho sejam consideradas lícitas é necessário que</p> <p>(A) sejam comunicadas por escrito pelo empregador ao empregado. (B) decorram de mútuo consentimento, independentemente de prejuízo. (C) decorram de mútuo consentimento e delas não decorram prejuízos nem para o empregado, nem para o empregador. (D) decorram de mútuo consentimento e delas não decorram prejuízos diretos ou indiretos ao empregado. (E) sejam comunicadas por escrito pelo empregador ao empregado, no prazo de 48 horas, mediante recibo devidamente assinado pelo mesmo.</p>
<p>80. São atos que compõem a execução da despesa pública:</p> <p>I. A verificação do direito adquirido pelo credor tendo por base os títulos e documentos comprobatórios dos respectivos créditos.</p> <p>II. O despacho exarado por autoridade competente, determinando que a despesa seja paga.</p> <p>III. A criação para o Estado da obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição.</p> <p>A realização se dará na seguinte ordem:</p> <p>(A) I, II e III. (B) III, II e I. (C) II, I e III. (D) I, III e II. (E) III, I e II.</p>	<p>84. O valor do adicional noturno sobre a hora diurna para o trabalhador urbano é de, pelo menos,</p> <p>(A) 20% (vinte por cento). (B) 30% (trinta por cento). (C) 10% (dez por cento). (D) 25% (vinte e cinco por cento). (E) 50% (cinquenta por cento).</p> <p>85. Em relação à concessão das férias, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) O empregado estudante, menor de 18 anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares. (B) Sempre que as férias forem concedidas após o prazo previsto em lei, o empregador pagará em dobro a respectiva remuneração. (C) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado. (D) A concessão das férias será participada, por escrito, ao empregado, com antecedência de, no mínimo, 30 dias. (E) Somente em casos excepcionais as férias serão concedidas em 2 períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 dias corridos.</p>
<p>81. São créditos adicionais as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei do Orçamento, os quais classificam-se em</p> <p>(A) suplementares, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica. (B) especiais, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra ou calamidade pública. (C) extraordinários, os destinados a reforço de dotação orçamentária. (D) suplementares, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra ou calamidade pública. (E) especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica.</p>	<p>86. O desrespeito a ordens pessoais de serviço dirigidas pelo empregador individualmente ao empregado caracteriza a justa causa de</p> <p>(A) desídia. (B) insubordinação. (C) indisciplina. (D) improbidade. (E) incontinência de conduta.</p>
<p>82. São espécies de receitas derivadas as decorrentes</p> <p>(A) de foro de terreno da marinha. (B) de locação de imóvel público. (C) de contribuição de melhoria. (D) da amortização da dívida pública. (E) da alienação de bens.</p>	<p>87. Convenção coletiva de trabalho é o acordo de caráter normativo decorrente da negociação entre</p> <p>(A) sindicato de categoria profissional e confederação de empresas. (B) dois ou mais sindicatos, que representam categoria econômica e categoria profissional. (C) duas centrais sindicais. (D) empresa e seus trabalhadores. (E) sindicato de categoria econômica e central sindical.</p>



88. Durante a vigência do contrato de trabalho, a conta vinculada do trabalhador NÃO pode ser movimentada
- (A) quando o trabalhador tiver idade igual ou superior a 60 anos.
- (B) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for acometido de neoplasia maligna.
- (C) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes estiver em estágio terminal de doença grave, nos termos do regulamento.
- (D) para integralização de cotas do FI-FGTS, permitida a utilização máxima de 30% do saldo existente e disponível na data em que ocorrer a opção.
- (E) quando o trabalhador ou qualquer de seus dependentes for portador do vírus HIV.

Direito Processual do Trabalho

89. Cabe recurso de revista
- (A) das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídios coletivos, pela Seção de Dissídios Coletivos dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (B) de qualquer decisão proferida pelos Tribunais Regionais do Trabalho ou por suas Turmas, em execução de sentença.
- (C) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, em caso de violação direta e literal de lei federal.
- (D) das decisões proferidas em grau de recurso ordinário, em dissídios coletivos, pela Seção de Dissídios Coletivos do Tribunal Superior do Trabalho.
- (E) nas causas sujeitas ao procedimento sumaríssimo, somente por contrariedade à súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho e violação direta da Constituição da República.
90. Em relação à fiscalização, à autuação e à imposição de multas administrativas, é correto afirmar:
- (A) O auto de infração não terá o seu valor probante condicionado à assinatura do infrator ou de testemunhas, e será lavrado no local da inspeção, salvo havendo motivo justificado que será declarado no próprio auto, quando então deverá ser lavrado no prazo de 24 horas, sob pena de responsabilidade.
- (B) Nenhum agente da inspeção poderá exercer as atribuições do seu cargo sem exibir a carteira de identidade fiscal, devidamente autenticada, fornecida pela autoridade competente, salvo em caso de investigação sigilosa.
- (C) Os documentos sujeitos à inspeção serão apresentados ao agente de inspeção no dia e hora expressamente indicados em intimação específica enviada à empresa.
- (D) A aplicação e o pagamento, no prazo assinalado, da multa eximirá o infrator da responsabilidade em que incorrer por infração das leis penais.
- (E) Os recursos das decisões que impuserem multas por infração de leis e disposições reguladoras do trabalho serão interpostos no prazo de 15 dias, contados do recebimento da notificação.

91. Sobre as testemunhas no processo do trabalho, é INCORRETO afirmar:
- (A) As mesmas serão inquiridas pelo juiz, podendo ser reinquiridas, por seu intermédio, a requerimento das partes, seus representantes ou advogados.
- (B) Não poderão sofrer qualquer desconto pelas faltas ao serviço, ocasionadas pelo seu comparecimento para depor, quando devidamente arroladas ou convocadas.
- (C) Se forem funcionários civis ou militares, e tiverem de depor em hora de serviço, serão requisitadas ao chefe da repartição para comparecerem à audiência marcada.
- (D) No procedimento ordinário e no procedimento sumaríssimo, cada uma das partes não poderá indicar mais de três testemunhas, sendo que no inquérito para apuração de falta grave esse número poderá ser elevado a seis.
- (E) O juiz providenciará para que o depoimento de uma testemunha não seja ouvido pelas demais que tenham de depor no processo.

92. Cabe recurso ordinário para a instância superior
- (A) das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais do Trabalho, proferidas no julgamento dos recursos.
- (B) das decisões definitivas ou terminativas dos Tribunais Regionais do Trabalho, em processos de sua competência originária.
- (C) de decisão não unânime de julgamento que conciliar, julgar ou homologar conciliação em dissídios coletivos que excedam competência territorial dos Tribunais Regionais do Trabalho.
- (D) das decisões de Turmas que divergirem entre si.
- (E) dos despachos que denegarem a interposição de recursos.

93. A petição inicial na reclamação trabalhista escrita do procedimento ordinário, conforme previsão legal, deverá conter, além da designação do Presidente da Vara ou do Juiz de Direito a quem for dirigida, a qualificação do reclamante e do reclamado, o pedido, a data e a assinatura do reclamante ou de seu representante,
- (A) o requerimento de produção de provas.
- (B) uma exposição exaustiva dos fatos de que resulte o dissídio.
- (C) os cálculos de todas as verbas requeridas.
- (D) o requerimento de produção de provas, sendo, em razão da informalidade que cerca o processo do trabalho, dispensada a exposição dos fatos de que resulte o dissídio.
- (E) uma breve exposição dos fatos de que resulte o dissídio.



<p>94. No processo do trabalho, a contestação deve ser apresentada</p> <p>(A) no prazo de 8 dias, contado da citação.</p> <p>(B) no prazo de 8 dias, contado da juntada aos autos do comprovante da citação.</p> <p>(C) em audiência, oralmente, em 20 minutos, admitindo-se a apresentação de defesa escrita.</p> <p>(D) em audiência, por escrito.</p> <p>(E) no prazo de 15 dias, contado da juntada aos autos do comprovante da citação.</p>	<p>97. Diego, proprietário da fazenda Boa Vida, é réu em ação civil pública, ajuizada pelo Ministério Público, objetivando a recomposição da vegetação em área de preservação permanente, mesmo não tendo sido ele o responsável pelo desmatamento. Neste caso, a propositura da ação baseia-se, especificamente, no princípio</p> <p>(A) do poluidor-pagador.</p> <p>(B) do direito ao desenvolvimento sustentável.</p> <p>(C) da prevenção.</p> <p>(D) da função socioambiental da propriedade.</p> <p>(E) da natureza mista (pública e privada) da proteção ambiental.</p>
<p style="text-align: center;">Direito Ambiental</p> <p>95. Marius provocou incêndio culposo em mata. Neste caso, ele praticou conduta</p> <p>(A) tipificadora de crime contra o meio ambiente passível de pena de detenção e multa.</p> <p>(B) atípica, mas considerada infração administrativa.</p> <p>(C) tipificadora de crime contra o meio ambiente passível apenas de pena de detenção.</p> <p>(D) atípica e também não considerada infração administrativa.</p> <p>(E) tipificadora de crime contra o meio ambiente passível apenas de pena de multa limitada a dez salários mínimos.</p>	<p>98. Tratando-se de unidades de conservação, considera-se unidade de uso sustentável:</p> <p>(A) Monumento Natural.</p> <p>(B) Estação Ecológica.</p> <p>(C) Reserva Biológica.</p> <p>(D) Parque Nacional.</p> <p>(E) Reserva Extrativista.</p>
<p>96. Considere:</p> <p>I. Os manguezais, em toda a sua extensão.</p> <p>II. As áreas em altitude superior a 1.800 metros, qualquer que seja a vegetação.</p> <p>III. As áreas no entorno dos lagos e lagoas naturais, em faixa com largura mínima de 20 metros, em zonas urbanas.</p> <p>IV. As áreas no entorno das nascentes e dos olhos d'água perenes, qualquer que seja sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros.</p> <p>São áreas de preservação permanente as indicadas APENAS em</p> <p>(A) I e IV.</p> <p>(B) I e II.</p> <p>(C) II, III e IV.</p> <p>(D) I, II e IV.</p> <p>(E) I, III e IV.</p>	<p>99. De acordo com a Constituição Federal brasileira, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) São indisponíveis as terras devolutas ou arrecadadas pelos Estados, por ações discriminatórias, necessárias à proteção dos ecossistemas naturais.</p> <p>(B) As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.</p> <p>(C) Ao Poder Público incumbe definir, em todas as unidades da Federação, os espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas por meio de portarias e regulamentos.</p> <p>(D) As usinas que operem com reator nuclear deverão ter sua localização definida em lei federal, sem o que não poderão ser instaladas.</p> <p>(E) A Floresta Amazônica brasileira é patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.</p> <p>100. Considera-se condutas tipificadoras de crime contra o meio ambiente passível da aplicação de pena de detenção de seis meses a um ano, e multa: <i>matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida</i>. Neste caso, quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural</p> <p>(A) pratica conduta atípica.</p> <p>(B) incorre nas mesmas penas.</p> <p>(C) incorre nas mesmas penas, mas terá a pena corporal reduzida de um sexto a um terço.</p> <p>(D) estará sujeito apenas a aplicação da penalidade de multa.</p> <p>(E) incorre nas mesmas penas, mas terá a pena corporal reduzida à metade.</p>